

O Problema da Aparência Empírica e a Produção do Erro em Kant

Elias Sergio Dutra/ Mestrando em Filosofia UFSCar

INTRODUÇÃO

Pretendo através deste artigo fazer uma abordagem sobre a produção do erro por intermédio de uma breve abordagem sobre a Aparência Empírica. Essa questão é profundamente importante, na economia da Filosofia de Kant, porque perpassa pelo coração da Crítica da Razão Pura.

Essa importância se evidencia se a considerarmos à luz de uma compreensão de que a centralidade da Crítica da Razão Pura é antes uma indagação sobre o problema da Metafísica do que apenas justificação do fundamento das ciências, isto é, Kant se indaga pelo estatuto da Metafísica buscando demonstrar se há uma validade objetiva de seus pressupostos.

Eis o que diz Kant: “O objetivo da remoção das manchas tanto dos erros como dos pensamentos confusos” é para que “a ciência se torne completa” e “brilhe mais pura”.¹⁰⁴ Tal remoção será possível no domínio das ciências teóricas, (visto que o erro é corrigível ou desculpável) que se fundamentam nas formas puras da Sensibilidade e na ação das regras do Entendimento, mas não será possível no campo metafísico, que se enraíza nos princípios da razão, buscando produzir conhecimentos para além dos limites da Sensibilidade e do Entendimento. Nessa esfera puramente transcendental ela é vítima de uma ilusão que

¹⁰⁴ Kant, I., *Formas e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível* (Dissertação de 1770). In: escritos pré-críticos. Trad. Jair Barboza...[et al.]. São Paulo: Unesp, pg 268.

para Kant é natural e inevitável. Para Gerard Lebrun, Kant coloca a questão do erro de modo inteiramente novo, pois não se pergunta mais por ele, mas pela a sua causa, ou seja, a sua fonte: “Qual é o estatuto do ‘erro’ em Kant? Essa questão é ingênua se por ‘erro’ se entende o conceito psicológico forjado pelo racionalismo para dar conta da possibilidade ser iludido. Depois de Kant, a filosofia não tem mais necessidade de uma explicação psicológica do mecanismo de erro, mas de uma crítica da sofística natural em todos os seus níveis: ‘para evitar erros, é preciso procurar descobrir e explicar a fonte deles, a aparência’”. [Lebrun, Sobre Kant, 23].

A pergunta sobre a metafísica, na Crítica da Razão Pura, é inseparável da questão do erro e da ilusão transcendental. Ela é inseparável porque ambas engendram a pretensão do verdadeiro, situando-se na fronteira entre “as aparências e a verdade”. É neste horizonte que discorreremos sobre o problema do erro. Aqui analisaremos a influência que a sensibilidade exerce sobre o entendimento induzindo-o a julgar e a produzir o erro.

O PROBLEMA DA APARÊNCIA EMPÍRICA

O estudo da aparência empírica, aos olhos de muitos parece ser uma preocupação secundária, senão irrelevante, mas o que buscamos aqui é mostrar a função e a importância que ela tem para a compreensão da ilusão natural e da própria verdade na Crítica da Razão Pura. Para melhor compreensão dividiremos o estudo sobre a aparência empírica em duas partes, nosso objetivo é demonstrar que há dois modos bastante distintos de fascínio da sensibilidade sobre o entendimento, e como ambas podem levar o

entendimento e a própria razão, apesar da independência que ambos têm da sensibilidade, a se enveredarem na região das ilusões.

Pensamos que é possível distinguir esses dois tipos de aparências empíricas, pois uma (as ilusões óticas) resulta das “deformações perceptivas” de nossa sensibilidade e a outra (os axiomas de sub-recepção) resulta, da contaminação do entendimento que produz uma intelectualização dos fenômenos e uma sensualização dos conceitos – estes conceitos advém da crítica que Kant faz às teorias de Locke e de Leibniz. Poderíamos dizer que temos assim, no primeiro caso, um fascínio da sensibilidade, que Kant conceitua de “influência despercebida da sensibilidade” (B 351; A 294), motivadas por imagens que conduz o entendimento a julgar, como por exemplo, a imagem de um bastão na água que me parece quebrado, e num segundo caso, uma influência da sensibilidade produzida por um fascínio levando o entendimento a julgar, ao considerar conceitos como se fossem elementos dados pelas formas da sensibilidade. Salientamos que, segundo Lebrun, o primeiro modo da aparência é facilmente corrigível, e se dá pelo “saber que temos da coisa”, enquanto o segundo modo precisa de uma operação mais minuciosa para ser corrigido, a saber, de uma boa dose de reflexão.

A nossa intenção é mostrar como as formas de aparência, de um modo ou de outro, tem algo em comum, a pretensão da verdade.

AS ILUSÕES ÓTICAS

Iniciamos a investigação da fonte do erro pelo fascínio que a sensibilidade exerce sobre o entendimento, e partimos da análise de uma afirmação

de Kant que impõe algumas dificuldades para pensar tal questão. Eis o que nos diz Kant: “Porque a verdade ou a aparência não está no objeto, na medida em que é intuído, mas no juízo sobre ele, na medida em que é pensado. Pode-se pois dizer que os sentidos não erram, não porque o seu juízo seria sempre certo, mas porque não ajuízam de modo algum. Eis porque só no juízo, ou seja, na relação do objecto com o nosso entendimento, se encontram toda a verdade como o erro e, portanto, também a aparência, enquanto induz a este último”. (B 350).

Segundo a citação poderíamos afirmar que o erro não é produto nem da sensibilidade, porque ela não julga, e nem do entendimento na sua reta aplicação aos elementos da experiência sensível. Desse modo, Kant situa o erro na ação do juízo, no seu pendore de julgar, visto ser somente por seu intermédio que nos temos “os juízos de verdadeiro e de falso”. Para Michelle Grier, Kant localiza tanto o erro quanto a verdade “na relação do objeto com o entendimento” isto é, no julgamento. A verdade e o erro são definidos epistemologicamente como produto de relações entre faculdades, isto é, entre as faculdades cognitivas e suas representações.

Contudo, apesar de Kant afirmar que o juízo é a fonte do erro, em B 351 e A 295, ele acaba tomando uma das faculdades como “co-responsável” pelo erro: a sensibilidade. Se num primeiro momento Kant responsabiliza o juízo pelo erro eis o que ele diz em B 351 e A 294: “Como possuímos apenas estas duas fontes de conhecimento, segue-se que o erro só é produzido por influência despercebida da sensibilidade sobre o entendimento, pela qual os princípios subjetivos do juízo se confundem com os objectivos e os deviam do seu destino”. (A 294; B 351).

Conforme a citação podemos afirmar que o juízo sofre influência que o direciona por vias distintas (as ilusões óticas e os axiomas de sub-repção). Tal influência advém do fascínio que a sensibilidade exerce sobre o entendimento, determinando a ação do juízo e tornando-o a fonte do erro. Tal influência despercebida da sensibilidade, segundo Allison, induz o entendimento a julgar resultando no erro porque o “campo subjetivo do juízo une-se algo campo objetivo”, provocando o desvio de seu destino. Daí resulta que das condições epistêmicas, o sujeito se sucumbe no reino das disputas das opiniões.

Esta ilusão sensível ou aparência empírica (ilusões óticas), pode ser facilmente corrigível, quando submetido ao exame do entendimento, já que ele possui as formas para a produção da verdade e da correção do juízo. Para Lebrun, este tipo de ilusão é facilmente corrigível, porque ela brota de “uma fé nos dados instintivos”. E que “o saber da coisa corrige a opinião falsa”. Um exemplo dessa ilusão, clássica entre os comentadores de Kant, é a figura do bastão dentro da água, que de antemão parece quebrado. Por mais que ela seja facilmente corrigível, ela é ao mesmo tempo segundo Kant: “Uma ilusão que é impossível de se evitar, como tão pouco é impossível evitar que o oceano nos pareça mais alto no alto-mar do que perto da costa, porque nós o vemos ali em através de raios mais elevados do que aqui – ou, melhor ainda, como tampouco o astrônomo pode impedir que a lua lhe pareça maior quando ela nasce, se bem que ele não seja enganado por essa aparência”. (B 236).

Temos aqui um modo de influência da sensibilidade sobre o entendimento que decorre de “deformações perceptivas”. Vejo o movimento do sol no horizonte diariamente e com isso julgo que há dois

momentos que marcam o dia: o nascente e o poente. Concluo pela existência do pôr-do-sol, ao não ter consciência da ilusão ótica que fundamenta o meu julgar.

A influência despercebida da sensibilidade sobre o entendimento não é uma ação direta, mas, brota da confusão entre os campos subjetivos e objetivos dos juízos. Tal influência (fascínio) não é percebida pelo juízo ao julgar, pois, segundo Allison, se assim fosse eu saberia que o bastão apenas aparece torto na água por causa do efeito da luz sobre a água.

Uma análise sobre a aparência empírica é importante, pois segundo Lebrun, ela tem a mesma origem da aparência transcendental, que é a “ignorância da indeterminação”. Além do que, ambas partem em busca da mesma coisa: a verdade.

Para Allison, o erro advindo da influência despercebida da sensibilidade sobre o entendimento pode obter uma dupla aplicação. Aplicam-se tanto às noções triviais do erro (como a do bastão dentro da água), quanto a um tipo de erro metafísico, que Kant trata na Dissertação de 70, como os Axiomas de Sub-repção.

OS AXIOMAS DE SUB-REPCÃO

Os axiomas de sub-reptício surgem, segundo Kant, ao tomarmos o espaço e o tempo, que são formas do conhecimento sensível, como se fossem “as condições de possibilidade das coisas em geral”, ou ao tomarmos os conceitos produzidos no entendimento como se fossem elaborados a partir da síntese dos fenômenos, isto é, de algo dado no espaço e no tempo, que são formas a priori da sensibilidade. Assim

consideraríamos, as condições subjetivas como se fossem condições objetivas e as condições objetivas como se fossem condições subjetivas do conhecimento, ou seja, num momento tomamos o espaço e o tempo como resultantes objetivamente das coisas que existem (é a crítica de Kant a Leibniz) e em outro momento tomamos os conceitos (a priori) como resultantes das sínteses dos fenômenos dados às formas da sensibilidade (é a crítica de Kant a Locke). Para Kant, espaço e tempo diz respeito apenas aos objetos dados à sensibilidade e jamais a objetos independente de tais condições, isto é, não se reportam a objetos em geral e nem tão pouco às coisas em si mesmas. E o uso do entendimento se restringe ao múltiplo dado na sensibilidade, não sendo possível nenhum outro uso legítimo referente à produção do conhecimento.

No primeiro momento o erro surge porque tomaríamos o objeto como possuindo um papel ativo na produção do conhecimento, isto é, atribuímos a ele um papel positivo, e senão, decisivo na relação com o sujeito, quanto à produção do conhecimento. No segundo momento cairíamos numa espécie de solipsismo, visto que poderíamos produzir conhecimentos objetivos simplesmente a partir de nossas formas a priori, independentemente de qualquer fenômeno, com isto, estaríamos assegurando a possibilidade da validade objetiva das proposições metafísicas. Em ambos os casos há uma confusão entre o que pertenceria a cada faculdade resultando, desse modo, numa contaminação de uma faculdade pela outra.

Segundo Kant, na Dissertação de 70, é necessário evitar com devida atenção que os “princípios próprios [principia domestica] do conhecimento sensitivo ultrapassem os seus limites e afetem os princípios intelectuais”. Tal ação induz o entendimento

a considerar um conceito sensível como se ele fosse um conceito intelectual, como se fosse, segundo Kant, um “fenômeno intelectualizado”. Esta extensão do sensível Kant chama de Axioma (ou vício) de Sub-reptício.

Na ilusão de sub-reptício, em que há uma influência da sensibilidade sobre o entendimento, o contágio do entendimento conduz o mesmo a fazer um mau emprego das categorias e a produzir princípios (axiomas), que apesar de falsos, se apresentam com roupagem de objetividade, como axiomas.

Kant sugere, na Dissertação de 70, (70, § 26), que os axiomas de sub-reptício, que “caracterizam o erro metafísico”, geram três tipos específicos de ilusão e ambas podem ser descritas em três formas:

1 – A mesma condição sensitiva unicamente sob a qual a intuição do objeto é possível é condição da própria possibilidade do objeto.

2 – A mesma condição sensitiva unicamente sob a qual os dados podem ser relacionados entre si para formar um conceito intelectual do objeto é também condição da própria possibilidade do objeto.

3 - A mesma condição sensitiva unicamente sob a qual algum objeto apresentado pode ser subsumido sob um conceito intelectual dado é também condição da possibilidade do próprio objeto.

Para Michelle Grier “pode ser que Kant esteja tentando distinguir entre duas falácias diferentes”, uma envolve um conflito de conceitos e a outra um conflito de coisas. Assim, temos a produção das falácias segundo um processo de “intelectualização do fenômeno”, que considera o que é sensível como se pertencesse aos conceitos, por um lado, e por outro lado, uma “sensualização do conceito intelectual”, que é

produzida quando tomamos os princípios de sub-reptício para produzir conhecimento direto das coisas em si mesmas. Temos assim, uma dupla extensão ilícita: Primeiro como uma extensão das condições da sensibilidade aos conceitos em geral, que Kant chamou de “sensualização” dos conceitos. Pois, toma as condições sensíveis como condições objetivante das coisas. Eis o diz Kant: “Na Estética Transcendental demonstramos suficientemente que tudo o que se intui no espaço ou no tempo e, por conseguinte, todos os objectos de uma experiência possível para nós, são apenas fenômenos, isto é, meras representações que, tal como as representamos enquanto seres extensos ou séries de mudanças, não tem fora de nossos pensamentos existência fundamentada em si” (A 491; B 519).

E segundo como uma extensão das regras do entendimento para além das condições da sensibilidade, o que Kant denomina “intelectualização” dos fenômenos. Pois, tenta adquirir conhecimento material “sobre as aparências apenas dos conceitos do entendimento” sem referência alguma à sensibilidade.

Ao seguirmos a interpretação de Grier, sobre a dupla extensão caracterizada acima, temos, portanto, as falácias de sub-reptício e as falácias metafísicas de sub-reptício, que são geradas pela confusão entre as faculdades. Para Grier podemos resumir as três ilusões das falácias de sub-reptício, como segue:

1 – Tudo o que não é pensável em absoluto por alguma intuição é impossível.

2 – Tudo o que não é conhecível por uma intuição sensível não é pensável.

3 – Portanto, tudo o que não é conhecível por uma intuição sensível é impossível.

Para Kant elas resultam de um silogismo falacioso, isto é, de uma conclusão silogística inválida. Conforme a análise de Grier, agimos como se “as condições subjetivas de nossa intuição fossem objetivas e universalmente aplicável” e, como se as condições objetivas de nosso conhecimento fosse também subjetivas, logo, capaz de por si só, ter acesso aos fenômenos e conseqüentemente à coisa em si.

Para resolver este conflito Kant faz, na Dissertação de 70, uma clara separação entre o que pertence à sensibilidade e o que pertence ao entendimento. Assim, com a delimitação do que pertence a cada faculdade, o erro pode ser corrigido e o a contaminação de uma faculdade por outra pode ser cessada.

CONCLUSÃO

Do conflito entre as condições do conhecimento (sensível e intelectual), a sensibilidade acaba exercendo uma influência (fascínio) sobre o entendimento que o induz a tomar a aparência de fenômeno como se fosse coisa em si, ou a considerar os conceitos como se fossem sensíveis.

Os dois modos supracitados de influência da sensibilidade sobre o entendimento conduzem à extensão ilícita das categorias para as coisas em geral ou para as coisas em si. Para Henry Allison, o que difere estes dois modos de influência da sensibilidade é que em um caso, “tomam as condições da sensibilidade como condições das coisas em geral” e no outro tem o fundamento na hipótese de que a “sensibilidade não é fonte de alguma condição genuína de conhecimento”.

Seguindo o pensamento de Kant, Lebrun identifica a fonte do erro no juízo, e afirma que o juízo é

levado a julgar de modos distintos, um advindo do julgamento prematuro, ao não considerar “as deformações perceptivas” e o outro advindo da determinação de julgar não considerando o “coeficiente de indeterminação de meu conhecimento”. E acrescenta ainda que: “A indeterminação do conhecimento depende da coisa, mas o erro provém de uma razão positiva de julgar, malgrado a indeterminação do conhecimento; ele se enraíza em uma ignorância (unwissenheit) não da coisa, mas ‘da indeterminação do conhecimento e da inclinação a julgar’”. [Lebrun, **Kant e o fim da Metafísica**, 62].

O erro em Kant não é inevitável, pois a sempre uma possibilidade da sua correção, já que ele é produzido por uma espécie de falha cognitiva, seja através da influência despercebida da sensibilidade sobre o entendimento, seja através do uso puro do entendimento agindo sobre as suas próprias regras, já que ele não é em si limitado pela sensibilidade – mas somente produzirá conhecimentos se restringir o uso de suas regras aos elementos da sensibilidade – seja através do uso dos princípios da razão que buscam levar à totalidade as unidades resultantes das sínteses do entendimento sobre os dados da sensibilidade, buscando o incondicionado. Assim, o erro é corrigível por uma boa dose de reflexão (transcendental) livrando o sujeito da ignorância. O fio condutor para esquivar-se do erro e proceder na busca da verdade é a devida limitação do papel de cada faculdade e a demonstração das condições a priori do uso de seus elementos (formas, regras e princípios).

BIBLIOGRAFIA

ALLISON, Henry E. *Kant's transcendental Idealism*. Rev. And enl. Ed. P. cm. New Haven and London: Yale University press, 2004.

BUTTS, Robert. *Kant's Dialectic and the Logic of illusion*. In *Logic and the workings of the Mind*. Ed. Patricia Easton. North American Society Studies Philosophy. Atascadero, Calif.: ridgeviem, 1997

GRIER, M. *Kant's Doctrine of Transcendental Illusion*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

KANT, Immanuel. *A crítica da razão pura*. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste, 1994.

KANT, Immanuel. *Escritos pré-críticos*. Tradução Jair Barboza...[et al.]. São Paulo: Unesp, 2005.

KANT, Immanuel. *Manual dos Cursos de Lógica Geral*. Tradução Fausto Castilho. Campinas: Unicamp; 2003, (col. Multilínguas de Filosofia Unicamp, série A – Kantiana I).

KANT, Immanuel. *Prolegômenos a toda Metafísica futura*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1982.

LEBRUN, G. *Kant e o Fim da Metafísica*. 1ª ed brasileira. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1993

LEBRUN, G. *Sobre Kant*. (Org), Rubens R. T. Filho. 2.ed, São Paulo: Iluminuras, 2001, Biblioteca Pólen.